Livro nº. 5
Folha 139

Ricardo Manuel Ferreira Fonseca

**MUNICÍPIO DE**

**TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2006/2009

# ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**2009/11/23**

*ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE 2009*

- - - Aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, pelas quinze horas, no edifício dos Paços do Concelho realizou-se a reunião em sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

***Ponto um*** **– Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro; -------**

***Ponto dois*** **– Análise e votação das Taxas do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para dois mil e dez; ----------**

**Ponto três – Análise e eventuais reclamações sobre o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês; ----------**

**Ponto quatro – Regimento da Assembleia Municipal para o quadriénio dois mil e nove, dois mil e treze; ----------**

**Ponto cinco – Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia; ----------**

**Ponto seis – Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal; ----------**

**Ponto sete – Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia na Associação Nacional de Municípios; ----------**

**Ponto oito – Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o Conselho Municipal da Educação; ----------**

**Ponto nove – Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios; ----------**

**Ponto dez – Eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; ----------**

**Ponto onze – Eleição do representante da Assembleia Municipal que integrará a Comissão Municipal que deverá decidir da instalação ou modificação de estabelecimentos de comércio a retalho na área do Município; ----------**

**Ponto doze – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal que integrarão a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cavado; ----------**

**Ponto treze – Eleição do representante da Assembleia Municipal que integrará o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês Cabreira; ----------**

**Ponto catorze – Análise e votação do Regulamento de Apoio à Natalidade; ----------**

**Ponto quinze – Análise e consideração pelos membros da Assembleia Municipal sobre o dia e a hora de realização das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal.** ----------

Assumiu a Presidência da Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, assumindo o Senhor Avelino José Antunes Soares, o lugar de Primeiro Secretário e o lugar de Segundo Secretário, o Senhor Guilherme Coelho Alves. ----

Estiveram nesta sessão a representar a Câmara Municipal, o Presidente efectivo, Doutor Joaquim José Cracel Viana e o Senhor Vereador, Doutor António José Ferreira Afonso. ------

Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de trinta e três, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados Óscar Manuel Pires Rodrigues e Maria José Gonçalves Machado de Andrade. ----------

Comunicou e justificou a sua ausência, o Senhor Deputado Óscar Manuel Pires Rodrigues. -

Comprovada a existência de "Quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão. -------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por fazer uma alusão ao discurso do Senhor Vereador, Doutor António José Ferreira Afonso, no passado dia dois de Novembro, dia da tomada de posse do novo Executivo Municipal, esclarecendo que e cita-se " não fez nada de mais ao telefonar a algumas pessoas, nomeadamente, Presidentes de Junta de Freguesia, nos dias anteriores à tomada de posse, já que nesses telefonemas nada de especial ou ilegal teria sido dito", fim de citação. ----------

Além disso, prosseguiu, facto criticável foi a mudança da data e hora das reuniões do Executivo quando era Vereador e o Senhor Doutor António Afonso, Presidente do Município, só com a intenção de ele não estar presente, porque tal não era possível por razões da sua presença na votação no plenário da Assembleia da República. ----------

Ainda nesta fase inicial da Sessão, pediu a palavra e interveio o Deputado eleito da Coligação Democrática Unitária, Senhor Alexandre Pereira e dirigindo-se a todos os presentes e ao público que estava presente a assistir à Sessão, começou por afirmar que gostaria de e cita-se" repor um pouco de dignidade que faltou no passado dia dois de Novembro na tomada de posse. Mais afirmou e cita-se" no dia dois de Novembro talvez por nervosismo de circunstância nem todos os partidos tiveram a mesma oportunidade, enquanto que o Partido Social Democrata com a sua destomada de posse e o Partido Socialista com a sua tomada de posse tiveram a oportunidade através dos seus presidentes de agradecer a quem neles votou, a quem os ajudou, e quem os financiou, etc. Os restantes partidos não tiveram essa oportunidade. Por exemplo: eu se demorasse mais um bocadinho já não tomava posse, porque não foi cumprida a ordem de empossamento. Se no dia onze de Outubro fui empossado em décimo terceiro lugar, no dia dois de Novembro fui empossado em último lugar"fim de citação".-

Prosseguindo a sua intervenção, afirmou querer aproveitar o dia de hoje para e cita-se " dizer que sou o Alexandre Pereira de Vilar da Veiga, eleito pela Coligação Democrática Unitária, e quero agradecer a quem nestas autárquicas votou na Coligação Democrática Unitária e assim contribuiu para a minha eleição. Dizer que vou cumprir com o meu programa eleitoral, ou seja, estar atento a todas as freguesias e a sua distribuição de verbas, mas essencialmente

disponível e ao serviço das oposições nas freguesias, caso as oposições não consigam os devidos esclarecimentos nas suas assembleias de freguesia, estarei ao dispor para neste local pedir os esclarecimentos necessários a quem de direito, uma lacuna que se verificou nestes últimos quatro anos em Vilar da Veiga em que muita coisa ficou por esclarecer" fim de citação, constituindo-se no "olheiro" das instituições. ----------

Ainda nesta fase, o Senhor Deputado Alexandre Pereira afirmou e cita-se" quero também culpar todos aqueles que ao longo dos anos passaram por este local e nada fizeram para dotar este espaço para a prática política, que diria Pacheco Pereira da falta de condições deste espaço. Falta-lhe bancadas próprias para a distribuição dos deputados, falta-lhe meios tecnológicos, falta-lhe o espaço para uso da palavra, enfim falta-lhe tudo que convide há discussão pública", fim de citação. ----------

Concluindo nesta fase, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para referir o seguinte e cita-se "permita-me um pequeno comentário sobre os discursos do dia dois de Novembro: pareceu-me exagero nas palavras do Doutor António Afonso, o facto de estar zangado com quem não votou no Partido Social Democrata até pode ser normal. Dizer que os presidentes de junta não se vendiam por um prato de lentilhas, também pode ser normal. Dizer que o povo estava contente porque o Doutor. Cracel Viana também é do Partido Social Democrata e nada ser desmentido pelo próprio, mesmo discursando em último lugar, também pode ser normal. Normal já não é, as declarações proferidas acerca da política do vale-tudo e de uns tais mercedes. Estando em voga a corrupção nas Autarquias proponho que seja pedida uma audição ao Doutor António Afonso para um esclarecimento mais alargado sobre a política do vale tudo e dos referidos Mercedes,"fim de citação.----------

Seguidamente interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para afirmar não ser uma novidade as afirmações do Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária, pois e cita-se" já se sabia que isto iria ser assim e que alguns viriam para a Assembleia Municipal unicamente para o "bota abaixo", fim de citação. ----------

Logo após, reassumiu a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informar os presentes que irão ser criadas outras condições de trabalho para que esta Assembleia se realize, outra disposição das cadeiras, talvez um púlpito para as pessoas se dirigirem ao órgão e igualdade no uso da palavra.----------

Posteriormente e ainda sobre as últimas intervenções, pediu a palavra para defesa da sua honra, o Senhor Vereador, Doutor António José Ferreira Afonso que começou por referir que não iria comentar o seu discurso do dia da tomada de posse, pois ele foi, realmente, diferente, num dia também ele, diferente. ----------

Quanto à questão da data e hora das reuniões, aqui levantada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nada foi feito para impedir o Senhor Doutor Ricardo Gonçalves de estar presente nas reuniões, tal aconteceu por uma questão prática, de conveniência e do

funcionamento fluente e atendimento do próprio Município, pois, assim sendo, não fica nem perto do fim de semana nem no seu início, dias, tradicionalmente, de maior afluência à Câmara Municipal. ----------

Relativamente às afirmações do Senhor Deputado Alexandre Pereira, o Senhor Vereador disse que durante a campanha várias mensagens falsas foram passadas e divulgadas, uma delas, seria a de que teriam sido oferecidos duas viaturas da marca "Mercedes", uma a ele próprio e outra ao Doutor Adelino Cunha, mas que só circulariam com elas depois das eleições e igual situação de falsidade se passou com a divulgação de que ele próprio teria duas casas de férias, uma no Algarve e outra na Póvoa de Varzim. Ora, tais mentiras, frisou o Senhor Doutor António Afonso, deixaram-no "ferido" e como tal respondeu. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou o uso da palavra para informar todos os presentes sobre a necessidade de ser incluído na Ordem de Trabalhos um documento que pela sua importância e urgência deveria ser hoje aqui apreciado e alvo de deliberação. Este documento remetido ao Município pela Comunidade Intermunicipal do Cavado, vem solicitar à Assembleia Municipal a autorização devida para a integração do Município no pacto social da futura Agência de Energia do Cavado, situação de enorme importância para o futuro do aproveitamento das energias disponíveis no Concelho, sublinhou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----------

Colocada de seguida à consideração a sua inclusão, foi aprovada por unanimidade, passando a constar como décimo sexto ponto da Ordem de Trabalhos. ----------

De seguida, o Senhor Avelino José Antunes Soares, na qualidade de primeiro secretário, deu conhecimento da correspondência recebida e colocada esta à disposição para consulta. De seguida, as actas das sessões anteriores, a acta de vinte e cinco de Setembro, sessão ordinária e a acta de dois de Novembro, esta última de instalação da Mesa da Assembleia Municipal, foram colocadas à consideração. ----------

Sobre esta última, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, Senhor Avelino Soares, interveio para alertar para o facto de que as palavras do Senhor Doutor Ricardo Gonçalves, no dia dois de Novembro, sobre a abertura deste órgão à comunidade e que, cita-se, " a Assembleia Municipal é a casa de todos nós", fim de citação, deveriam passar a constar do documento.----------

Seguidamente, as actas supra mencionadas, foram colocadas à votação e aprovadas por maioria, no caso da acta de vinte e cinco de Setembro, com duas abstenções e no caso da acta de dois de Novembro, com uma abstenção. ----------

Iniciado o período de antes da ordem do dia, interveio, em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira começando por felicitar o novo Executivo Municipal e questionado, de seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as promessas que foram feitas, nomeadamente, se serão todas para cumprir e se as obras que foram anteriormente deliberadas serão levadas a cabo, assim como, qual o destino das obras que estão requisitadas e ainda por deliberar.----------

Posteriormente, o Senhor Deputado Agostinho Moura, que tinha pedido a palavra, abdicou do seu tempo neste período, devido, justificou, ao adiantado da hora. ----------

Logo depois, iniciou a sua intervenção, o Senhor Deputado Alexandre Pereira começando por afirmar que foram criadas grandes expectativas durante a campanha eleitoral, no que a mudanças na Câmara Municipal diz respeito, falou-se e cita-se "em fazer sangue", mas agora, o que se vê e o que se comenta no Concelho, é que tudo continua na mesma. Ora, se foi dito que as coisas no Município estavam mal e agora continua tudo igual, então, frisou o Senhor Deputado, algo não está bem nesta situação. ----------

De igual modo, o Senhor Deputado alertou para o estado dos fontanários na freguesia de Vilar da Veiga, pois continuam a ostentar as placas vandalizadas, criando assim uma má imagem para quem nos visita além da dúvida que cria quanto à potabilidade da água e o perigo que isso representa para a saúde pública. ----------

Ainda na freguesia de Vilar da Veiga, mais concretamente, na variante de Chã da Ermida foram modificadas as protecções da variante e gostaria o Senhor Deputado de saber o porquê desta situação, assim como, gostaria de saber porque é que a ponte de Rio Caldo para Vilar da Veiga se encontra sem iluminação e, ainda, apresentou, igualmente, um problema rodoviário de falta de visibilidade que poderá trazer problemas na estrada Lagrifa Mendes para a Ponte do Novo Sol que seria importante resolver. ----------

Seguidamente, pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para comunicar que, relativamente aos fontanários da freguesia estando a água potável não existe qualquer problema e no que diz respeito às modificações nas protecções da variante, os cortes efectuados aconteceram porque eram necessários. ----------

De seguida, deu início à sua intervenção e consequente período de respostas aos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e, começando por responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira, afirmou que as obras já deliberadas pelo Executivo Municipal e que estão requeridas serão para levar até ao fim bem como todos os acordos e todos os protocolos com as Juntas de Freguesia serão para cumprir, frisou. No entanto, o Senhor Presidente da Câmara salientou a enorme quantidade de pedidos efectuados pelas Juntas de Freguesia, nomeadamente, nos últimos meses, o que obriga a uma selecção muito cuidadosa para escolher as obras mais urgentes. Não se trata, realçou, de discriminar quem quer que seja, trata-se, isso sim, de apurar as necessidades mais urgentes e os restantes assuntos terão que ficar, obrigatoriamente, para dois mil e dez. Mais anunciou reuniões com todos os Presidentes de Junta de Freguesia para resolver e explicar estas situações e quanto aos pedidos de transferências financeiras, alguns deles, por imperativos lógicos de disponibilidade contabilística, não poderão ser atendidos de imediato. ----------

Ao Senhor Deputado Alexandre Pereira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal questionou o uso da expressão "tudo igual", pois, não se pode chegar à Câmara e cita-se" varrer tudo", fim

de citação, como alguns certamente pretenderiam. Estamos a falar de pessoas com famílias que terão, obrigatoriamente, de ser consideradas nesta situação e é preciso realçar que, em apenas três semanas, não há tempo para grandes alterações. O Senhor Presidente da Câmara Municipal reiterou que e cita-se, " se estavam à espera de "sangue" e se esperavam que se tirassem cinquenta funcionários da Câmara Municipal para meter outros cinquenta, não contem comigo para isso", fim de citação. ----------

Quanto às placas dos fontanários que ainda se encontram vandalizadas é uma situação criticável e que será, certamente, revista, assim como as vedações na variante e a iluminação da ponte em Rio Caldo. ----------

Ainda sobre a sua intervenção, o Senhor Deputado Alexandre Pereira requereu a palavra para reafirmar que as expectativas eram outras. ----------

Ao que, de imediato, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que daqui a um ano se poderá fazer uma avaliação mais objectiva do seu desempenho como Presidente do Município ----------

De seguida, entrou-se na discussão da Ordem de Trabalhos, da qual, após o pedido de inclusão apresentado, já hoje, passaram a constar os seguintes dezasseis pontos: ----------

***Ponto um*** **– Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de Setembro; ----------**

***Ponto dois*** **– Análise e votação das Taxas do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para dois mil e dez; ----------**

**Ponto três - Análise e eventuais reclamações sobre o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês; ----------**

**Ponto quatro – Regimento da Assembleia Municipal para o quadriénio dois mil e nove, dois mil e treze; ----------**

**Ponto cinco – Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia; ----------**

**Ponto seis – Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal; ----------**

**Ponto sete – Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia na Associação Nacional de Municípios; ----------**

**Ponto oito – Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o Conselho Municipal da Educação; ----------**

**Ponto nove – Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios; ----------**

**Ponto dez – Eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; ----------**

**Ponto onze - Eleição do representante da Assembleia Municipal que integrará a Comissão Municipal que deverá decidir da instalação ou modificação de estabelecimentos de comércio a retalho na área do Município;** ----------

**Ponto doze – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal que integrarão a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cavado;** ----------

**Ponto treze – Eleição do representante da Assembleia Municipal que integrará o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês Cabreira;** ----------

**Ponto catorze - Análise e votação do Regulamento de Apoio à Natalidade;** ----------

**Ponto quinze – Análise e consideração pelos membros da Assembleia Municipal sobre o dia e a hora de realização das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal;** ----------

**Ponto dezasseis - Análise e consideração pelos membros da Assembleia Municipal sobre o pedido de autorização de integração do Município de Terras de Bouro no pacto social da futura Agência de Energia do Cavado – Comunidade Intermunicipal do Cávado.** ----------

O Período da Ordem do Dia iniciou-se com a apresentação, dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, da situação económica e financeira do Município, apresentando o Senhor Presidente da Câmara os documentos referentes à actividade do Município, no que diz respeito a cada divisão, secção, sendo afirmado que existia um saldo do ano anterior em operações orçamentais, de vinte e quatro mil, cento e dois euros e oitenta cêntimos e em operações de tesouraria e contas de ordem, o valor seria de trezentos e três mil e trezentos e oitenta e seis euros e um cêntimo. ----------

Aberto de seguida o período de inscrições para intervenções e sobre a actividade da Divisão de Planeamento e Urbanismo, requereu a palavra o Senhor Deputado Vítor Mendes, que questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação da revisão do Plano Director Municipal, perguntou qual os valores das obras do "Museu da Geira" e "Galeria dos Miliários" e ainda sobre as alterações já efectuadas nas "boxes" do Centro de Interpretação do Garrano. ----------

O Senhor Presidente do Município retomou logo de seguida a palavra para responder ao Senhor Deputado e afirmou que as "boxes" foram revistas e aumentadas em número e espaço por causa da utilização pela Brigada a Cavalo da Guarda Nacional Republicana. ----------

No que ao Plano Director Municipal diz respeito, o processo encontra-se atrasado por causa de questões relacionadas com a Reserva Agrícola Nacional e sua implicação no Plano, já que tanto Terras de Bouro como Amares e Vieira do Minho serão alvo de uma intervenção do mesmo técnico responsável afecto à Reserva Agrícola Nacional. Na próxima quinta-feira irá decorrer uma reunião com os responsáveis pela proposta de revisão do Plano Director Municipal para se tentar acelerar o processo e assim se fazer um esforço para que o Plano

esteja em discussão pública no final do primeiro semestre de dois mil e dez. ----------
Sobre o" Museu da Geira" e a "Galeria dos Miliários" há ainda facturas por conferir, nomeadamente de obras e até maquetas por entregar e facturar e, assim sendo, não se poderá já adiantar um valor real ou mais exacto dos valores a saldar. No que diz respeito a estes espaços, a maior dificuldade, frisou, será a dinamização dos mesmos e estará em consideração o modo de funcionamento dos mesmos. ----------
No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a necessidade de apreciação e aprovação anual destes valores, a enviar à Direcção Geral de Contribuições e Impostos até dia trinta de Novembro, como fazendo parte do normal funcionamento de recolha de receitas deste imposto, da forma mais justa e equilibrada possível, por parte da Câmara Municipal. ----------
Aberto de seguida o período de inscrições para intervenções e sobre este ponto, pediu a palavra o Senhor Deputado Américo Pereira para realçar, na sua opinião, que os valores em causa apresentam discrepâncias consideráveis entre os prédios avaliados e os não avaliados e seria bom, se possível, rever esta situação no futuro. ----------
A questão do Senhor Deputado mereceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal que comunicou que o critério seguido foi o mesmo que já vinha sendo aplicado pelo Executivo anterior, mas que, se tal for conveniente, poderá ser revisto em dois mil e dez. --------
Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, sendo este aprovado por unanimidade. ----------
De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, realçando a importância do que vier a ser hoje aqui decidido relativamente às posições e acções a tomar para o futuro da população de Terras de Bouro, nomeadamente, das Juntas de Freguesia abrangidas pela área do Parque Nacional. Nesse sentido, propôs a criação de uma Comissão para acompanhar este processo de revisão do Plano do Parque Nacional da Peneda Gerês, juntamente com a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia para apresentação urgente de Propostas e, principalmente, reclamações ao Plano, já que o prazo para tal termina já no dia dois de Dezembro, alertou. Entretanto e devido à importância deste assunto, foi decidido, por unanimidade, transpor este ponto para o fim da Ordem de Trabalhos e discuti-lo no fim. ----------
Relativamente ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal após a sua introdução apresentou uma Proposta de criação de Comissão para Acompanhamento da Revisão e Modernização do Regimento da Assembleia Municipal. ---------
Aberto de seguida o período de inscrições para intervenções, não houve qualquer inscrição e passando, de imediato, à consideração e votação da Proposta atrás referida, esta foi aprovada por unanimidade, passando a integrar a dita Comissão para Acompanhamento da Revisão e Modernização do Regimento da Assembleia Municipal, os Senhores Deputados Avelino Soares, Guilherme Alves, Américo Pereira e Agostinho Moura. ----------
No que diz respeito ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos, depois de apresentado, a

Bancada Social Democrata sugeriu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto, que colocado à consideração e votação foi eleito por unanimidade, passando a ser o representante dos Presidentes de Junta de Freguesia. ----------

Relativamente ao sexto ponto da Ordem de Trabalhos, depois de apresentado, a Bancada Social Democrata sugeriu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira, que colocado à consideração e votação foi eleito por unanimidade, passando a ser o representante das Juntas de Freguesia no Concelho Cinegético Municipal. ----------

No que concerne ao sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, depois de apresentado, a Bancada Social Democrata sugeriu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, que colocado à consideração e votação foi eleito por unanimidade, passando a ser o representante das Juntas de Freguesia na Associação Nacional de Municípios. ----------

No que diz respeito ao oitavo ponto da Ordem de Trabalhos, depois de apresentado, a Bancada Social Democrata sugeriu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Chorense, que colocado à consideração e votação foi eleito por unanimidade, passando a ser o representante dos Presidentes de Junta de Freguesia no Concelho Municipal da Educação. ----

Relativamente ao nono ponto da Ordem de Trabalhos, depois de apresentado, a Bancada Social Democrata sugeriu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo, que colocado à consideração e votação foi eleito por unanimidade, passando a ser o representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. --------

Passando de seguida ao décimo ponto, depois de apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi colocada à Mesa uma Proposta para o mesmo e da qual faziam parte os Senhores Deputados, Elisa Antunes, Aguiar Campos, Filipe Pires e Clara Sousa. --------

Aberto de seguida o período de inscrições para intervenções, pediu a palavra o Senhor Deputado Filipe Pires para informar que, após um contacto que manteve com a Técnica de Acção Social do Município, Doutora Benvinda Cosme, esta lhe terá dito que dois dos elementos eleitos no mandato anterior, no caso, a Senhora Deputada Filomena Araújo e o Senhor Deputado Guilherme Alves, não se poderiam manter na Comissão por atingirem o período limite por lei de manutenção no respectivo cargo e daí a Proposta de hoje para elaboração da Comissão ir nesse sentido. ----------

Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o décimo ponto da Ordem de Trabalhos e a dita Comissão proposta foi aprovada por unanimidade, passando os deputados supra referidos a ser os representantes da Assembleia Municipal na CPCJ. ----------

No que diz respeito ao décimo primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, depois de apresentado, a Bancada Socialista sugeriu o Senhor Deputado Vítor Fernandes, que colocado à consideração e votação foi eleito por unanimidade, passando a representar a Assembleia

Municipal na Comissão Municipal que deverá decidir da instalação ou modificação de estabelecimentos de comércio a retalho na área do Município; ----------

Relativamente ao décimo segundo ponto da Ordem de Trabalhos, depois de apresentado, a Bancada Socialista sugeriu os Senhores Deputados Manuel Aguiar Campos, Guilherme Alves e Vítor Mendes, que colocados à consideração e votação foram eleitos por unanimidade, passando a representar a Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado. ----------

De seguida e no que concerne ao décimo terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, depois de apresentado, a Bancada Socialista sugeriu a Senhora Deputada Maria Alice de Sá e Sousa, que colocada à consideração e votação foi eleita por unanimidade, passando a representar a Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês Cabreira; ----------

Posteriormente, foi introduzido o décimo quarto ponto da Ordem de Trabalhos pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e sobre o assunto em questão afirmou ser este "Regulamento de Apoio à Natalidade" um documento que já transita do Executivo anterior que prevê uma compensação económica aos pais pelo nascimento dos filhos e assume-se de certa forma como sendo um incentivo à natalidade. Em termos monetários, o Senhor Presidente do Município informou que os valores em causa orçam os seiscentos euros para o nascimento do primeiro filho, os novecentos euros para o nascimento do segundo filho e os mil e duzentos euros para o nascimento do terceiro filho. ----------

Não sendo directamente relacionado com este tema, mas abordando a temática dos subsídios, o Senhor Deputado Alexandre Pereira pediu a palavra para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a continuação ou não da atribuição de subsídios aos estudantes do ensino superior. ----------

Ao que o Senhor Presidente do Município respondeu afirmativamente. ----------

Ainda sobre o "Regulamento de Apoio à Natalidade", o Senhor Deputado Américo Pereira interveio para realçar que se trata, efectivamente, de uma boa medida. ----------

Colocado seguidamente à consideração e votação foi aprovado por maioria, com uma abstenção, no caso do Senhor Deputado Vítor Fernandes, o ""Regulamento de Apoio à Natalidade". ----------

De seguida, foi apresentado e entrou em discussão o décimo quinto ponto da Ordem de Trabalhos e sobre o qual o Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou ser importante chegar a um consenso, pois, há condicionantes importantes a ter em conta na realização das Sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente, à sexta-feira, como até aqui. ----------

Depois de uma breve auscultação feita pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal a todos os Senhores Deputados e por uma diferença de opiniões entre os dias de sexta-feira e segunda-feira, que registou uma discrepância a favor da segunda-feira (oito/dezasseis), respectivamente (aqui não se incluindo, obviamente, aqueles que manifestaram a sua

indiferença), ficou decidido, sem mais, que as Sessões da Assembleia Municipal se irão realizar à segunda-feira, às catorze e trinta horas. ----------

Na Ordem de Trabalhos seguiu-se o décimo sexto ponto, introduzido já hoje, por manifesta importância e urgência, explicando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal quão importante se trata a adesão de Terras de Bouro à iniciativa em questão, já que importa desenvolver iniciativas ao nível da eficiência energética e da utilização racional dos recursos energéticos na área do território da NUT Cávado. ----------

Aberto de seguida o período de inscrições para intervenções, não houve qualquer inscrição e passando, de imediato, à consideração e votação foi aprovada, por unanimidade, a necessária autorização de integração no pacto social da futura Agência de Energia do Cávado. ----------

Seguidamente e tal como foi referido mais atrás, retomou-se a discussão sobre o ponto três da Ordem de Trabalhos, "Plano de Ordenamento do PNPG" sendo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal reafirmou a importância da criação de uma Comissão para acompanhar o processo, isto porque, neste momento, há toda uma tramitação processual que já está a decorrer e se não se tomarem medidas imediatas, por escrito, note-se, tanto ao nível de propostas como de reclamações, que terão que chegar ao Doutor Lagido Domingos, Director do Parque Nacional e ao Ministério do Ambiente, será muito complicado não reverter a situação a favor das populações, sublinhou. ----------

Aberto o período de inscrições e sobre este ponto pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês que afirmou existirem situações em que até existe acordo, mas não há nada por escrito, tal como aconteceu com o Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada e a verdade é que o Plano do Parque Nacional da Peneda Gerês é baseado num estudo que não é real, não existiu consulta atempada nem fundamentada às entidades locais, pois o Plano já estava, antes de mais, preparado. A Junta de Freguesia do Campo do Gerês recebeu um simples questionário, a ser devolvido ao Parque Nacional da Peneda Gerês , que não significa nada em termos de pretensões das populações e a verdade é que este plano é omisso nas interdições, é omisso aos residentes, sendo dúbio na questão do pastoreio (artigo vinte e oito), já que refere que, se este não for praticado, efectivamente, não é permitido, no mínimo, isto é subjectivo e, igualmente, subjectivo no caso da negação às visitas. A verdade, sublinhou, é que toda a população do Concelho irá ser afectada, de uma forma mais ou menos directa, por este Plano, que não permite a criação de novos locais de trabalho, repleto que está de condicionantes. Apresentou, igualmente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês um documento datado de mil novecentos e quatro, " A Lei da Mata" que, segundo o próprio, está ainda em vigor e a qual o Parque Nacional da Peneda Gerês não respeita. ----------

Sobre esta matéria interveio seguidamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que já o anterior Executivo tinha votado desfavoravelmente, por vários motivos, esta proposta

de Plano de Ordenamento do Parque e a verdade é que as várias interdições que o Plano refere são, no mínimo, incongruentes. O caso da restrição à energia eólica é disso um bom exemplo e claro está que irão ser reforçadas as preocupações através da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, ainda que, sublinhou, na Comissão Mista de Coordenação estão presentes dezoito entidades e algumas contrariam, sistematicamente, as posições da Câmara Municipal a as votações tornam-se assim inglórias. ----------

Ainda neste período e sobre o mesmo assunto pediu a palavra o Senhor Vereador do Executivo Municipal, Doutor António Afonso, começando por afirmar a existência de muitas propostas que não aceites por pormenores técnicos irrelevantes e sem dúvida que o Senhor Presidente da Câmara Municipal sintetizou da melhor maneira o que se passou em termos de análise da situação nas votações, pois os Municípios envolvidos não têm hipóteses contra as instituições envolvidas. Imagine-se, frisou o Senhor Vereador, que nem nas zonas que não pertencem ao Parque, mas que estão próximas, o Senhor Director do Parque Nacional da Peneda Gerês permite fazer algo. ----------

Posteriormente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Brufe assumiu a palavra para dizer que se este plano for aprovado, no espaço de vinte anos não há pessoas a viver nas zonas afectadas e, certamente, muito menos habitantes no Concelho, pois é, muito difícil sobreviver num local com tantas restrições. Na verdade, há que criar condições mínimas de sobrevivência e já que o Parque Nacional é contra as pessoas deveria existir mais união para defender os interesses dos terrabourenses. ----------

Logo depois, pediu a palavra o Senhor Deputado Filipe Pires que começou por afirmar subscrever tudo o que foi dito até aqui e, realmente, a criação da Comissão é pertinente, pois o próprio Parque deveria ter uma comissão consultiva das populações. A verdade, sublinhou, é que as leis vêm e são feitas em Lisboa por pessoas que nem fazem ideia do que é o Parque Nacional ou de quem lá vive. O Senhor Deputado falou igualmente sobre um aspecto da gestão diária do Parque Nacional, que claramente, não serve nem interessa a Terras de Bouro, para ilustrar a falta de organização da entidade, quando, por exemplo, a própria carpintaria do Parque Nacional, espera vários meses por material, no caso, uns simples três kilos de pregos! A existência de um espaço único como aquele que temos implica a necessidade de ser gerido o melhor possível, alertou o Senhor Deputado. Relativamente aos aspectos focados no Plano, há, sem dúvida, uma "questão armadilhada" para as populações e que se trata da pastorícia, pois, a questão é dúbia e nem na reunião que decorreu em Montalegre, o próprio jurista do Parque Nacional quis ou soube responder às dúvidas sobre este tema. Assim sendo, a verdade é que nada garante o futuro em termos de apoio às populações e o Plano deveria contemplar esta vertente, sendo fundamental a criação de uma estrutura de apoio às pretensões das pessoas. ----------

Também sobre esta matéria pediu a palavra o Senhor Deputado Alexandre Pereira começando por informar todos os presentes que, no próximo dia um de Dezembro irá estar presente, na Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, o Senhor Deputado Agostinho Lopes, que apresentou

um requerimento na Assembleia da República sobre este tema, para uma sessão de esclarecimento. Mais disse o Senhor Deputado que, na anterior legislatura, foi constituída uma comissão parlamentar que nunca chegou a visitar o local e, na verdade, o Plano do Parque Nacional é igual ao Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada, com interdições e condicionalismos. A culpa desta situação é da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia envolvidas, pois, a ser verdade o que o Parque Nacional afirma, todas elas, estiveram presentes nas reuniões onde foi discutido o Plano. Na opinião do Senhor Deputado este Plano do Parque Nacional não é mais do que uma "bula", pois nada se pode fazer a menos que se pague para isso. ----------

Depois desta intervenção, pediu, novamente, a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês para afirmar e cita-se " que deu tudo o que pôde, inclusive, nas reuniões que manteve com o ainda, na altura Director do Parque Nacional, Doutor Henrique Pereira e que se encontra de consciência tranquila, com a certeza de que, não houve, de todo, conivência neste processo", fim de citação. ----------

Seguidamente assumiu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga que começou por realçar a infelicidade das palavras do Senhor Alexandre Pereira, pois a Junta de Freguesia de Vilar da Veiga recebe e tem muito gosto nisso, todos da mesma forma e que a luta que se trava em prol das populações se faz sempre da mesma forma, empenhada. ----------

O Senhor Alexandre Pereira retomou a palavra para dizer que as pessoas só demasiado tarde se uniram para combater este problema. ----------

Igualmente sobre o ponto três da Ordem de Trabalhos pediu a palavra a Senhora Deputada Filomena Araújo para comunicar que na reunião havida no Gerês se pode constatar a falta de preparação das pessoas para a apresentação das sua reclamações, sendo que, já será difícil reagir atempadamente a esta situação. Outra questão levantada pela Senhora Deputada foi o aspecto da linguagem do Plano ser muito técnica e logo não acessível à maioria das pessoas. -

Posteriormente, interveio o Senhor Vereador, Doutor António Afonso para confirmar as posições aqui comunicadas e assumidas pelas Juntas de Freguesia com áreas do Parque Nacional e informar que a Câmara Municipal sempre procurou acompanhar o processo desde o início, tendo mantido várias reuniões com o Parque Nacional, reuniões, onde, inclusive, o Senhor Deputado Alexandre Pereira esteve presente e onde a Câmara Municipal votou contra.

Recentemente, continuou, foi criado um Conselho Consultivo que já reuniu uma vez para nomear o Presidente desse Conselho, no caso, o Presidente da Câmara Municipal de Montalegre. ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês pediu, novamente, a palavra para dizer que, na reunião do Gerês apenas se confirmou o teor do Plano, sem oportunidade de rebater fosse o que fosse. ----------

De igual forma, o Senhor Deputado Filipe Pires reassumiu a palavra e afirmou que, quando se referiu à constituição do Conselho Consultivo quis deixar claro que o Município de Terras de Bouro devia integrar esse órgão. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio seguidamente para comunicar que as votações das reuniões da Comissão Mista de Coordenação não são públicas e que são anunciadas as presenças de uma forma que parece que todos estiveram de acordo. Ora, tal situação não é, nem pouco mais ou menos assim. Com efeito, nos documentos oficiais não se sabe quem votou contra ou a favor. ----------

Logo depois o Senhor Presidente da Assembleia Municipal realçou a importância da emergência na criação da proposta comissão, pois, há no movimento ambientalista muito radicalismo, aliás, igual posição radical foi assumida aquando da pretensa intervenção na estrada na Mata da Albergaria. ----------

O Plano do Parque Nacional mereceu, igualmente, a intervenção do Senhor Deputado Agostinho Moura, começando por dizer que espera que os antecedentes relacionados com esta questão não venham a confirmar que estamos perante um facto consumado e apelou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, na qualidade de Deputado da Assembleia da República, usasse dos meios ao seu dispor junto das Comissões responsáveis por esta situação, pois, a verdade, é que "estamos muito longe de Lisboa" e também não é menos verdade que já se perdeu muito tempo. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu, logo após, ao Senhor Deputado, agradecendo a sugestão, mas o que é factual é que lutamos contra a falta de tempo e a situação é, nesta altura, um problema de executivos, pois o processo, como já disse anteriormente já se iniciou, irá ser em breve presente a quem de direito para decisão e o seu discurso ou a sua intervenção na Assembleia da República já não iria a tempo. Nesse sentido, a estratégia deverá ser outra, de acção mais rápida, marcando, para os próximos dias, reuniões e apresentar, por escrito, propostas e reclamações junto das entidades responsáveis.

Voltou a incidir sobre esta problemática o Senhor Presidente da Câmara Municipal para sublinhar que as respostas do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, às propostas da Câmara Municipal, têm sido, infelizmente, "não aceites". Se as populações forem gravemente prejudicadas, iremos a Lisboa falar com o novo Ministro do Ambiente", concluiu. ---

Colocado, finalmente, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal à consideração para votação e sobre o ponto três, foi aprovada, por unanimidade, a criação de uma Comissão de Acompanhamento para apresentação de Propostas e Reclamações, composta pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia com área no Parque Nacional, nomeadamente, Freguesia do Campo do Gerês, Freguesia de Covide, Freguesia de Rio Caldo e Freguesia de Vilar da Veiga e ainda os Senhores Deputados Filipe Pires, Filomena Araújo e Vítor Mendes. ----------

Intervenção do Público. ----------

Neste período, não se registaram intervenções. ----------

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por

encerrada a sessão, eram dezanove horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. ----------

**O Presidente da Assembleia Municipal**

**O Secretário**